

RUA SERRA DO JAPI

Decreto nº 5070 de 26-01-1977, Artigo 1º, Inciso 8

Formada pela rua 2 do Jardim Paranapanema e rua 10 do Parque Nova Campinas

Início na rua José Jorge Farah

Término na rua Serra Formosa

Jardim Paranapanema

Obs.: Decreto assinado pelo Prefeito Lauro Péricles Gonçalves. Protocolado nº 31.305 de 06-12-1976 em nome de Administração Regional.

SERRA DO JAPI

A Serra do Japi, pertencente ao maciço da Serra do Mar, está situada no Estado de São Paulo, entre os municípios de Jundiaí, Pira-pora do Bom Jesus, Cabreúva, Cajamar e Campo Limpo, tem ao todo 354 quilômetros quadrados, ficando entre 800 e 1290 metros de altura e distando 8 quilômetros do centro da cidade de Jundiaí, 40 quilômetros de Campinas e 50 quilômetros da capital paulista. 190 quilômetros de sua área foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - Condephaat, em 1981 e a Serra foi declarada Patrimônio da Vida pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura - Unesco, em 1992. A Serra do Japi abriga uma fração remanescente da Mata Atlântica e se constitui em santuário de várias espécies ameaçadas de extinção, como os macacos guariba, saua e mono-carvoeiro, a onça pintada e a jaguatirica. A área também é refúgio de várias das 42 espécies de borboletas ameaçadas de extinção no Brasil, existindo ali cerca de 800 espécies de borboletas, algumas raríssimas como a *Arcas ducalis*, a *Charonias theano* e a *Prepona deiphila*. Segundo o Departamento de Botânica da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, são encontradas na Serra do Japi 303 espécies de árvores, pertencentes a 176 gêneros e 63 famílias. Esses números indicam o alto grau de representatividade dessa Serra no universo das florestas arbóreas do Estado de São Paulo, constituído de 662 espécies de árvores, de 248 gêneros e 73 famílias. O Departamento de Zoologia da mesma Unicamp computou a existência de 24 espécies de anfíbios anuros, 13 de serpentes, 5 de lagartos, 1 de anfisbena e de 206 de aves, sendo raras cerca de uma dezena delas. Em 28-junho-1992, Leonor Patrícia Caldeira Morelatto, pesquisadora da Unicamp, lançou o livro de sua autoria "Historia Natural da Serra do Japi" com o objetivo de reforçar a luta pela criação da Reserva Biológica da Serra do Japi.

RUA SERRA DO JAPI



DECRETO N.º 5070, DE 26 DE JANEIRO DE 1977.

Dá denominações a diversas vias públicas da cidade de Campinas.

O Prefeito do Município de Campinas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo item XIX, do artigo 39, do Decreto-Lei Complementar Estadual n.º 9, de 31 de dezembro de 1969,

D E C R E T A :

Artigo 1.º — Ficam denominadas as vias públicas do Jardim Baronesa, Jardim São Fernando, Jardim Paranapanema, Jardim Itatiaia, Jardim das Andorinhas, Jardim Itayú.

1 — RUA SERRA DOS CRISTAIS — Formada pelas ruas 4 do J. Baronesa, 10 parte e 12 do Jardim Paranapanema e 19 do J. S. Fernando, com início à Rua Dom José da Câmara e término à Rua 53 do J. S. Fernando.

2 — RUA SERRA DE IBICABA — Formada pela rua 1 do Jardim Baronesa e parte da rua 10 do Jardim Paranapanema, com início à Rua 2 do J. Baronesa e término no encontro da Rua 10 com Rua 12 no Quarteirão 1910 do Cadastro Municipal.

3 — RUA SERRA D'AGUA — Formada pelas ruas 2 do Jardim Baronesa e 24 do J. S. Fernando, com início no quarteirão número 2348 do Cadastro Municipal, circundando os quarteirões números: 2347 e 2348 continuando pela Rua 24 do J. S. Fernando e término à Rua 6 do Jardim São Fernando.

4 — RUA SERRA DO ESPINHAÇO — Formada pela rua 4 A do J. S. Fernando, com início à Rua 54 e término à Rua 2 do mesmo loteamento.

5 — RUA SERRA DE AMAMBAI — Formada pela rua 5 A do J. São Fernando, com início à Rua 54 e término na divisa do loteamento.

6 — RUA SERRA DOURADA — Formada pelas ruas 5 e 13 do J. Baronesa, 23 do J. S. Fernando e 2 do J. das Andorinhas, com início à Rua Alaide Nascimento de Lemos e término à Rua 5 do J. das Andorinhas.

7 — RUA SERRA FORMOSA — Formada pelas ruas 1 e 11 do J. Paranapanema, com início à Rua 3 e término à Rua 16 do mesmo loteamento.

8 — RUA SERRA DO JAPI — Formada pelas ruas 2 do J. Paranapanema e 10 do Parque Nova Campinas, com início à Rua 8 do Parque Nova Campinas e término à Rua 1 do J. Paranapanema.

9 — RUA SERRA DO CAPARÃO — Formada pela rua 3 do Jardim Paranapanema, com início à Rua 2 e término na Divisa do loteamento.

10 — RUA SERRA DO INAJÁ — Formada pela rua 9 do Jardim Paranapanema, com início à Rua Prof. Saul Carlos da Silva e término à Rua 10 do mesmo loteamento.

11 — RUA SERRA DO ESTRONDO — Formada pela rua 13 do J. Paranapanema, com início à Rua 12 e término à Rua 14 do mesmo loteamento.

12 — RUA SERRA DO CACHIMBO — Formada pela rua 14 do J. Paranapanema, com início à Rua 12 e término à Rua 15 do mesmo loteamento.

13 — RUA SERRA DA BOA VISTA — Formada pelas ruas 15 do Jardim Paranapanema e 9 do Jardim São Fernando, com início à Rua 11 do Jardim Paranapanema e término à Rua 14 do Jardim São Fernando.

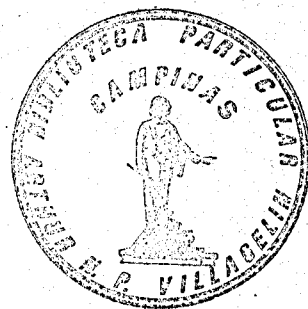
14 — RUA SERRA DO PARATI — Formada pela rua 16 do Jardim Paranapanema, com início à Rua 10 e término à Rua 19 do mesmo loteamento.



RUA SERRA DO JAPI

Localiza-se no Estado de São Paulo, situando-se nas proximidades de Jundiá, no município de Cabreúva. Serra que corre em direção SO.-NE., na faixa sul-oriental do Estado de São Paulo. Pertence ao maciço da Serra do Mar. É constituída principalmente por quartzitos. Ponto culminante, 1275 metros.

RUA SERRA DO JAPI



Serra do Japi

Serra abriga uma das mais ricas faunas de borboletas

Via de regra, a palavra fauna está associada à idéia de macacos, veados, onças, jacarés, gaviões e outros animais que, pelo seu porte relativamente grande, chamam a atenção do público em geral.

Mas nem só de bichos grandes é formada a fauna de uma região. É provável que, no Japi, os animais de grande porte que ainda não foram dizimados pela caça e desmatamento, talvez sejam hoje os menos numerosos e mais difíceis de serem observados. Ao contrário, um simples passeio pelas matas da região deslumbrará o observador atencioso para um mundo de insetos coloridos e pequenas aves barulhentas. Estes, bem como todos os outros animais de tamanho insignificante, também são importantes para a continuidade do sistema. Apenas para ilustrar a importância faunística da região, está comprovado pelos

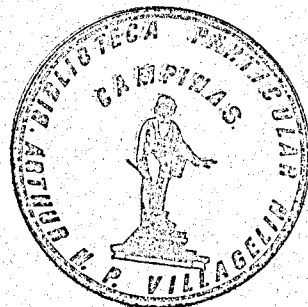
especialistas que a fauna de borboletas da Serra do Japi é uma das mais ricas e variadas do nosso Estado. Justifica-se, portanto, o levantamento da fauna da serra, projeto que começa a ser realizado por equipes de zoólogos da Unicamp.

Finalizando estas considerações fica a pergunta lógica: como garantir que todo esse potencial biológico seja estudado e passe a enriquecer o patrimônio científico do País? A resposta, em linhas gerais, é conhecida de quase todos os que se interessam por problemas ambientais: a área necessita de proteção oficial dos órgãos públicos. Estamos a par das várias tentativas que a municipalidade já realizou nesse sentido, concretizadas, em parte, com a decisão de tombamento pelo Condephaat. Porém, proteger uma área é algo muito mais sério do que simplesmente bater um ofício, baixar um decreto ou estabe-

lecer os seus limites geográficos. É necessário o investimento de recursos materiais e humanos que assegurem, na prática, a sua conservação. Isto envolve, principalmente, a vigilância da área a ser conservada, detalhe muitas vezes negligenciado ou tido como oneroso para as autoridades.

Cremos que o tombamento da Serra do Japi seja apenas o primeiro passo para a sua conservação efetiva. Grupos de técnicos e cientistas deveriam estudar a implantação na área de uma reserva biológica, parque estadual ou, por que não, de um parque nacional? Afinal, dos 20 parques nacionais criados no Brasil, nenhum deles se localiza em território paulista. Esta seria uma conquista grandiosa para um Estado que, apesar de sua posição privilegiada na Nação, tem sofrido uma acentuada e vergonhosa devastação ambiental.

("CORREIO POPULAR" DE 23.09.1984)



PÁG. 16 — FOLHA DA TARDE — São Paulo, segunda-feira, 2-8-1982

ECOLOGIA

Editora: Eunice Heras Galvez

DESTRUIÇÃO NA SERRA DO JAPI

JUNDIAÍ (FT) — A Prefeitura de Jundiá instituiu, recentemente, um grupo de trabalho com o objetivo de realizar levantamento completo sobre a serra do Japi, que permita a tomada de diversas medidas protecionistas para impedir que ela seja destruída com tanta frequência, tanto por incêndios, que provocam danos irreversíveis, como por predadores, que ignoram a importância da reserva ecológica e buscam retirar suas espécies mais raras.

Esse grupo concluiu que a mata original não existe mais e que algumas espécies vegetais desapareceram, "existindo apenas exemplares isolados que, protegidos por acidentes geográficos salvaram-se dos machados e dos incêndios". Os mesmos engenheiros revelaram que 28 espécies vegetais desapareceram. Segundo o agrônomo Fortunato Garcia Braga, da Casa da Agricultura de Jundiá, "como consequência imediata da destruição da flora, a fauna desapareceu, em parte como consequência direta dos incêndios e por carência de alimentação, ou ainda em decorrência da ação dos caçadores". Ainda segundo seu parecer, a "restituição de aves, pássaros, animais herbívoros e carnívoros é empreitada tão difícil como a restituição da flora". A serra do Japi está situada no setor Oeste do Município de Jundiá, prolongando-se — até a cidade de Cabreúva. Sua parte oriental dista cerca de oito quilômetros, — do centro da cidade e 50 da Capital. A área apresenta predominância de relevo ondulado e fortemente ondulado e montanhoso, sendo que o ponto

mais alto atinge 1.290 metros, na divisa com o Município de Cabreúva.

IMPORTANCIA FUNDAMENTAL

A serra do Japi tem importância fundamental, segundo os técnicos, para o equilíbrio climático de toda a região de Jundiá. Sua devastação, além de prejuízos irreparáveis à própria natureza, provoca um desequilíbrio acentuado no clima da região. Além disso, um levantamento recente mostra que a serra é coberta de mata secundária. No entanto, por se tratar de uma das últimas matas nativas remanescentes da região, caracterizada por uma atividade silvicultural, na qual predominam as essências alienígenas ou exóticas, ressalta-se a importância de se preservar a área. Além disso, a serra do Japi apresenta-se, em virtude de sua situação geoeconômica e facilidade de acesso, como uma alternativa em potencial para uso e prática de atividades recreativas ou de lazer.

DIZIMAÇÃO DA ÁREA

Em diversas oportunidades a serra do Japi já foi atingida por muitos incêndios, perdendo grande parte de sua área. A Prefeitura local criou no ano passado, um corpo de vigilantes florestais, com o objetivo principal de cuidar daquela reserva. Diariamente, 15 homens percorrem a serra, evitando que visitantes possam provocar incêndios ou retirar da região espécies em extinção. Esses vigilantes impedem também que caçadores permaneçam no local. Com todos esses cuidados, vez por outra alguns incêndios atingem a serra, e quando isso acontece, centenas de

homens são mobilizados para combatê-los. O corpo de vigilantes florestais, enfrentando, não tem os recursos necessários para que possam desenvolver a contento seu trabalho. Quando de sua criação, era intenção do prefeito Pedro Fávoro construir alguns mirantes avançados no alto da serra, onde os vigilantes teriam condições plenas de detectar de imediato qualquer princípio de incêndio. Todavia, por falta de recursos financeiros, esses mirantes não foram construídos até então.

Além dos incêndios, os loteamentos são constantes ameaças para a serra do Japi. Em meados de maio, a Polícia Florestal localizou um loteamento que estava sendo feito na divisa de Jundiá com Pirapora do Bom Jesus, tendo embargado a obra, que custaria pelo menos 15 hectares de mata natural, nas proximidades da cachoeira de Morangaba. O proprietário do loteamento, Raimundo Leonardo Gondim Rodrigues, na ânsia de abrir ruas para começar a vender os lotes, derrubou 25 quilômetros quadrados de mata, não respeitando a vegetação existente ao longo dos rios e ao redor de nascentes d'água, infringindo vários artigos do Código Florestal. Por isso ele sofreu, na oportunidade, severas críticas e foi multado.

Para justificar sua atitude, o latifundiário apresentou uma autorização para desmatamento, fornecida pela Divisão de Proteção de Recursos Naturais, da Secretaria da Agricultura. Só que essa autorização acaba de ser cassada pela Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais.



ECOLOGIA

Editora: Eunice Heras Galvez

PRESERVAÇÃO DO JAPI: "JOGO-DE-EMPURRA"

Sem que nenhum órgão governamental, até o momento, garanta a preservação das matas da Serra do Japi, transformando a área em reserva florestal, continua o jogo do "empurra" burocrático de IBDF, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que já informou que a área é de responsabilidade da Coordenadoria de Pesquisas de Recursos Naturais-CPRN da Secretaria de Agricultura do Estado. Apesar de admitir que tem essa função delegada pelo Código Florestal, o órgão alega, que o Estado "tem preocupações, no momento, com parques perimetrais, que apresentam maiores problemas" e que "não há estudos visando a preservação da área."

"Com a pressão da imprensa, pode-se até provocar o início de estudos visando a criação de uma reserva florestal", comentou, ontem, o assessor jurídico da CPRN, Geraldo Galvão de Souza. Ele falou em nome do coordenador da CPRN, Francisco Kronka, a pedido deste. "O Estado não tomou a iniciativa de criá-la até agora — justificou o assessor — porque não houve oferecimento nesse sentido." Ao ser lembrado sobre a luta da Prefeitura de Jundiaí, há vários anos, para a preservação das matas do Japi, Geraldo admitiu, porém, que conhecia a iniciativa, explicando, no entanto, que "a criação de re-

serva municipal parece não ter vingado por questões políticas".

RESERVA DE MANANCIAIS

A Serra do Japi está situada no setor Oeste do Município de Jundiaí, prolongando-se no Município de Cabreúva, numa extensão total de 107 quilômetros. Sua parte oriental dista cerca de oito quilômetros do centro da cidade e 50 quilômetros da Capital. A área apresenta predominância de relevo ondulado e montanhoso, e o ponto mais alto atinge 1.290 metros, na divisa com Cabreúva. A Serra do Japi é considerada uma das maiores áreas florestais do Estado, mas está sendo constantemente atingida por incêndios e depredações. Sua importância maior, no entanto, é ser depositária de reservas de mananciais.

No primeiro semestre deste ano, a Prefeitura de Jundiaí constituiu um segundo grupo de trabalho para realizar um levantamento completo da Serra, concluindo que a mata original não mais existe e que cerca de 23 espécies vegetais desapareceram. Atualmente, sobrevivem apenas exemplares isolados ou, protegidos por acidentes geográficos, salvas por machados e dos incêndios. E a fauna na região diminuiu em consequência da destruição da flora, segundo o

agronomo Fortunato Garcia Braga, da Casa de Agricultura de Jundiaí.

A Serra do Japi, segundo apontaram os técnicos, deve ser preservada a qualquer custo, pois é fundamental para o equilíbrio climático de toda a região. Sua devastação, além dos danos irreparáveis a própria natureza, provocará um desequilíbrio acentuado na região.

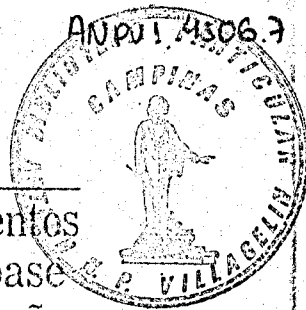
ESTUDOS

O Instituto Florestal, órgão executor da Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais, apresentou, em três simpósios nacionais de ecologia, estudos para a transformação, da Serra do Japi em reserva florestal. Hideo Aoki, chefe da Seção de Manejo e Inventário Florestal do Instituto, acentua que realmente não existe, no momento, órgão responsável pela Serra do Japi, "pois ainda não foi transformada em reserva nem em estação ecológica", mas diz que estudos para isto já foram feitos pelos funcionários. Ele mesmo participou de um primeiro grupo de trabalho, em 1976, formado pela Prefeitura de Jundiaí, visando estudar a criação e implantação da reserva florestal.

Conhecedor da Serra, Aoki chegou a delimitar sua área para efeito de criação de reserva, apresentando esses estudos no 1.º Simpósio Nacional de Ecologia, em 1978, realizado em Curitiba. No ano seguinte, voltou a insistir no mesmo assunto no 2.º simpósio, realizado em Belém do Pará, quando discorreu sobre a necessidade de se criar um parque municipal ou reserva biológica na área da serra. Por fim, em 1981, "já cansado de tanto defender a causa" também desiludido com a falta de iniciativa dos órgãos competentes", segundo comentou, Aoki decidiu investir em outras áreas e propôs no 3.º Simpósio Nacional de Ecologia, realizado em Belo Horizonte, o tombamento pelo Condephaat da Serra do Japi.

As concessões aos pedidos de desmatamento para posterior reflorestamento com eucalipto na Serra do Japi têm sido negado pelo assessor jurídico da Coordenadoria de Recursos Naturais, Geraldo Galvão de Souza. Segundo ele, a Serra do Japi, já teria 80% de sua vegetação destruída não fosse sua topografia acidentada, "que reduz muito o índice de desmatamento permitido", calculado em estudos da própria CPRN.

(Extraído da seção "Ecologia" do jornal "Folha da Tarde", de S. Paulo, do dia 28-agosto-1982)



Nos levantamentos florísticos, a base para preservação

A Serra do Japi, uma das últimas matas da quase extinta cobertura natural do Estado, foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico, Arquitetônico e Cultural (Condephaat). Mas isso é suficiente para preservá-la? Para o professor Wesley Rodrigues Silva, do Departamento de Zoologia da Unicamp, é preciso uma mobilização maior por parte da comunidade como um todo para garantir a sobrevivência desta mata rica em espécies vegetais e que abriga uma das mais ricas faunas de borboletas existentes no Estado. Depois de destacar as riquezas da Serra do Japi, o pesquisador propõe um conjunto de medidas que deve ser tomada para a preservação real do Japi.

E stamos vivendo dias em que as necessidades da população humana, cada vez mais prementes, exercem acentuada pressão sobre os recursos naturais do planeta. O conhecimento de que tais recursos se esgotarão, caso não sejam utilizados racionalmente, já não pertence só aos cientistas, mas atinge hoje quase todos os setores da sociedade.

O complexo de comunidades de que vamos tratar, a Serra do Japi, encaixa-se perfeitamente dentro da categoria de recurso a ser utilizado; portanto é fundamental discutir o que ela representa como tal, o que se entende por utilização e quem deve e pode utilizá-la.

Diante do fato de que, no Estado de São Paulo, as áreas cobertas por matas naturais estão desaparecendo rapidamente, podemos esperar várias reações por parte da população. Alguns podem mobilizar-se e lutar por todos os meios para a preservação das poucas matas restantes, alertando os demais para o perigo de sua extinção. Infelizmente, nem sempre tais indivíduos têm o apoio técnico e político necessário para se fazerem ouvidos e atendidos. Outros podem concentrar esforços com o objetivo de comprar o pouco que ainda resta, tentando obter lucros e dividendos dos investimentos que poderiam ser empreendidos nessas áreas. Felizmente, em alguns casos, o clamor do primeiro grupo tem retardado ou pelo menos dificultado a realização das suas intenções. Para muitos outros, a indiferença ao que se passa, afinal, só índios e caboclos ainda vivem nas matas.

As potencialidades biológicas, geológicas e paisagísticas da Serra do Japi foram discutidas por ocasião do seu tombamento pelo Condephaat. Para ser útil ao propósito deste texto, gostaria de ressaltar apenas alguns aspectos pertinentes à minha formação biológica, enfocando precisamente a vegetação e a fauna dessa área.

Considerando a vegetação, o que torna a serra ainda mais interessante é ser justamente uma serra, ou melhor, uma montanha tropical. A variação gradativa de altitude (de aprox. 800 a 1260 m) e o tipo de solo provocam uma mudança também gradativa na composição (nº de espécies de plantas) e na estrutura (arranjo especial das diferentes formas de plantas) da vegetação. Assim podemos perceber que, nos vales e grotas do sopé da serra, a vegetação é mais densa e exuberante que nas encostas íngremes ou no topo da serra. Não existem muitos locais desse tipo no Brasil, considerando que a maior parte das terras brasileiras acha-se abaixo dos 1000 m de altitude.

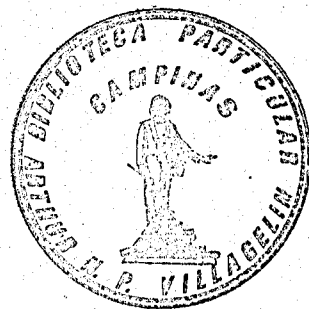
Além disso, a Serra do Japi está localizada, geograficamente, numa região caracterizada pelo encontro e mistura de três tipos de vegetação. Para ali convergem espécies vegetais típicas das matas litorâneas, das matas de planalto do interior paulista e das matas de altitude encontradas, por exemplo, em Campos do Jordão, Monte Verde e outras localidades da Serra da Mantiqueira. Sempre que ocorrem situações desse tipo, fenômenos biológicos interessantes podem estar acontecendo, que merecem a atenção dos pesquisadores.

Quais os tipos de plantas que existem na Serra do Japi? De onde surgiram? Como se reproduzem? Para que servem? Que prejuízos viriam com o seu desaparecimento? Para se responder a tais perguntas é necessário realizar um trabalho de base, começando por um tipo de investigação minuciosa que os botânicos chamam de levantamento florístico. Trata-se de identificar extensivamente, ou por grupos selecionados, as espécies de plantas que ocorrem num determinado ambiente. Depois de identificadas as espécies são catalogadas e analisadas. A partir disso obter-se-á uma visão objetiva daquilo que é mais importante estudar sobre a vegetação. Nenhum trabalho racional e eficiente de conservação ambiental pode ser realizado sem o conhecimento prévio do que existe na área.

E com esta finalidade que os botânicos da Unicamp estão realizando os primeiros trabalhos regulares de levantamento florístico da Serra do Japi. A princípio este procedimento talvez seja tido como passivo ou moroso diante das pressões que a serra vem sofrendo, mas é necessário que a população entenda a sua utilidade e dê-lhe garantias de continuidade, numa perspectiva de trabalho a longo prazo.

As mesmas preocupações estão voltadas para a questão da fauna da Serra do Japi. Em qualquer ambiente, o número de espécies animais é geralmente superior ao de vegetais, com o agravante de que os animais se locomovem e, pela sua grande diversidade de formas e tamanhos, exigem técnicas variadas para a sua identificação e estudo. Do mesmo modo é importante que levantamentos faunísticos sejam realizados na

("CORREIO POPULAR"
DE 23.09.1984)



As sugestões para que a comunidade use e proteja as matas

De que maneira a Serra do Japi pode ser útil à comunidade que se esforça por tentar protegê-la? Ou melhor, para quê e para quem vamos proteger a serra? Os biólogos que a estudam não encontrariam dificuldades para justificar a sua conservação em termos de valores puramente ecológicos. Mas além da ecologia, por si só importante, é necessário destacar o valor educativo e cultural que a serra representa para a população em geral e, principalmente, para os escolares.

Gostaria de sugerir alguns meios de utilização desse patrimônio público, com o intuito de promover a discussão e o estudo em torno das alternativas mais viáveis:

1- A comunidade científica seria grandemente beneficiada caso pudesse contar, desde já, com uma pequena área na Serra do Japi, destinada a servir de base e apoio logístico para as pesquisas em desenvolvimento. Nesta área poderia ser construída uma pequena estação de pesquisa, com as condições e instrumentos mínimos necessários para a realização de trabalhos de equipes da Universidade.

2- Em áreas efetivamente protegidas poderiam ser desenvolvidos projetos de manejo faunístico, visando a recolonização de outras áreas do Estado, cuja fauna tenha sido seriamente atingida por perturbações provocadas pelo homem.

3- Além da área protegida destinada à pesquisa científica, uma outra área deveria ser estabelecida para fins de apoio educativo às escolas da região. Em determinados trechos, seriam mantidos caminhos ou picadas através da mata, com placas de identificação das árvores mais comuns, contendo informações de interesse sobre estas espécies. Um pequeno guia de identificação dos animais mais facilmente observados (por exemplo, insetos ou aves), poderia ser elaborado por zoólogos e utilizado pelos escolares em excursões programadas.

4- Paralelamente às excursões, os professores de Biologia, Geografia e outras disciplinas afins poderiam orientar seus alunos na elaboração de trabalhos práticos, envolvendo aspectos da vegetação ou da fauna do Japi, tanto para o cumprimento do currículo obrigatório, como para ocasiões comemorativas especiais (Dia do Meio Ambiente, Dia da Árvore, Dia da Ave, etc). Nesta tarefa os pesquisadores se dispõem a prestar o auxílio necessário para uma melhor integração entre escola e Universidade.

5- O contato saudável que a natureza proporciona às pessoas também merece destaque neste assunto. Um terceiro tipo de área poderia ser destinado à realização de passeios, caminhadas, piqueniques e outras formas não mecanizadas de lazer. Sem vandalismo e sujeira, é claro. Estas áreas deveriam ser escolhidas mediante critérios que assegurassem um benefício pleno à população, sem a possibilidade de descaracterizar a beleza natural da região.

Esperamos que estas sugestões sejam avaliadas, ampliadas e melhoradas pela comunidade de Jundiá e cidades vizinhas, em conjunto com a comunidade acadêmica. É importante lembrar que todos nós temos uma parcela de responsabilidade em relação ao destino da Serra do Japi, seja para bem, através da nossa ação consciente e decidida, seja para mal, através do nosso silêncio e indiferença.